

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 535.455 - MS (2019/0287099-5)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : FABIA ZELINDA FAVARO E OUTRO
ADVOGADOS : FÁBIA ZELINDA FÁVARO - MS013054
PERCEU JORGE BARTOLOMEU MONTEIRO RONDA -
MS014022
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL
PACIENTE : DIRCEU APARECIDO LONGHI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DIRCEU APARECIDO LONGHI, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL no julgamento do HC n. 1409746-33.2019.8.12.0000.

Noticiam os autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada, no âmbito da Operação Telhado de Vidro, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 90 da Lei n.º 8.666/1993, 312, 317 e 333, do Código Penal e 2º, § 4º, da Lei n.º 12.850/2013.

Em segunda instância, foi deferido o pedido para substituir a prisão preventiva do paciente pelas seguintes medidas cautelares: comparecimento periódico em juízo; não manter contato com os demais investigados; recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga; suspensão do exercício da função pública; e pagamento de fiança arbitrada no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

A seguir, no julgamento do pedido de revogação das medidas constritivas, o Tribunal local concedeu parcialmente a ordem para revogar as medidas consistentes no recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, mantendo-se as demais medidas impostas.

Nesta via, sustentam os impetrantes que não houve fundamentação idônea para justificar a manutenção da cautelar de suspensão do exercício da função pública, restando violado o art. 93, IX, da Constituição Federal.

Alegam que a decisão que concedeu a liberdade provisória ao paciente condicionou a suspensão do exercício da função pública até a conclusão das investigações, fase já encerrada, a delinear a ausência de fundamentos para a manutenção da cautelar.

Afirmam que não se demonstrou como a revogação das cautelares poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realçam que o paciente vem cumprindo fielmente as restrições impostas por período superior a 9 (nove) meses.

Requerem a concessão da ordem para que sejam revogadas todas as medidas cautelares aplicadas (e-STJ fls. 3-17).

Superior Tribunal de Justiça

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 469-471).

Prestadas as informações (e-STJ fls. 474-484), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do writ (e-STJ fls. 488-493).

É o relatório.

Cumpre pontuar, inicialmente, que esta Corte Superior de Justiça não mais admite a utilização do *habeas corpus* em substituição ao recurso cabível, como ocorre na hipótese, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

No entanto, o alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

O Tribunal *a quo*, no acórdão que concedeu parcialmente a ordem em *habeas corpus*, assim se manifestou (e-STJ fl. 454 - destaques acrescidos):

[..] Concede-se a revogação da medida cautelar diversa da prisão, consistente no recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, pois as investigações avançaram sobremaneira (já estando em curso a ação penal) e não consta qualquer notícia de descumprimento, pelo Paciente, da mencionada medida cautelar.

Consequência lógica, mantém-se as demais medidas impostas anteriormente por este Sodalício, entre elas a suspensão do exercício da vereança, pois há indícios fortes de que o ora Paciente, valendo-se do cargo político que ocupava, vereador do município de Dourados/MS, integrava organização criminosa complexa e bem articulada, composta por diversos agentes públicos e empresas privadas, voltados para a prática de crime contra a Administração Pública.

Extrai-se, ainda, do decreto de prisão preventiva os seguintes excertos (e-STJ fls. 54-60 - destaques acrescidos):

[...] Da narrativa da peça inicial se extrai que os representados organizaram-se para fraudar licitação, promover corrupção ativa, peculato e corrupção passiva, bem como para constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa com a finalidade de sagrarem-se vencedores em procedimentos licitatórios, mediante a realização de pagamento de propinas para vereadores de Dourados/MS.

Tem-se que os investigados fraudavam procedimentos licitatórios, impossibilitando a concorrência, uma vez que todas as empresas concorrentes no certame seriam de

Superior Tribunal de Justiça

propriedade de Denis da Maia. Consta ainda que o referido investigado efetuava pagamentos mensais para vereadores da Câmara Municipal de Dourados/MS, como propina.

Consta da representação que foi instaurado o Inquérito Policial nº 497/2018 para investigar indícios de fraude, como desdobramento da Operação "Telhado de Vidro" (IP nº 83/2012/SR/DPF/MS), sendo que foram apreendidos documentos pertinentes e analisados pela Controladoria Geral da União, que em relatório encontrou elementos a indicar conluio entre as empresas lideradas pela Quality em licitações com o Município de Dourados/MS, além de **pagamento de propinas em favor de agentes públicos e terceiros com vínculo parental**. [...]

Ademais, na busca e apreensão realizada na empresa Quality foram localizadas oito pastas digitais relativas aos meses de janeiro até agosto de 2013 contendo o controle financeiro de diversas empresas, sendo que em cada planilha havia referência a valores "no cofre", seguidos de informações quanto às propinas pagas para a Câmara Municipal de Dourados/MS, especialmente para **Alexsandro Oliveira de Souza, Amilton Salina, Idenor Machado, Cirilo Ramão Ruis Cardoso, Dirceu Longhi e Pedro Alves de Lima**. [...]

Além do mais, a vereadora Virgínia Marta Magrini, perante a 16ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS, aos 25.03.2014, contou que os investigados **Idenor Machado e Dirceu Aparecido Longhi recebiam propina das empresas Quality e KMD, por intermédio de Alexsandro Oliveira de Souza**. [...]

Em novo depoimento, prestado aos 25.09.2015, a vereadora Virgínia acrescentou que **as propinas eram pagas mensalmente** a Idenor Machado, Dirceu Longhi, Cirilo Ramão Ruis Cardoso e Pedro Alves de Lima, perfazendo as quantias de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais). Aduziu, ainda, que após as eleições de 2015, para concretizar os planos de manutenção de poder por parte de Idenor Machado, os investigados Idenor, **Dirceu**, Cirilo e Pedro resolveram modificar os titulares para o recebimento da propina, sendo que a partir de 2015 as quantias passaram a ser entregues a Cirilo e Pedro (fls. 251). [...]

Os fatos acima descritos evidenciam que, se mantidos em liberdade, não estarão os investigados impedidos de

Superior Tribunal de Justiça

continuar na prática das condutas ilícitas em detrimento do erário público, principalmente pelo fato de que mesmo após a operação realizada pela Polícia Federal no ano de 2013, com o cumprimento de mandado de busca e apreensão na empresa Quality, esta continuou encaminhando valores em espécie para os referidos investigados, combinando ainda manobras para não perderem o controle do dinheiro ilícito auferido após as eleições de 2015, a demonstrar a necessidade de se resguardar a sociedade da reiteração de crimes e assegurar o resultado útil da investigação criminal.

Delineado o panorama fático-probatório, quanto aos fundamentos autorizadores da constrição processual, imperioso reconhecer que não há constrangimento ilegal a ser sanado, uma vez que a custódia cautelar se legitima ante a existência de indícios suficientes de que o paciente, na condição de vereador do município de Dourados/MS, integrou organização criminoso voltada para a prática de vários crimes, notadamente fraude a procedimentos licitatórios, prejudicando a concorrência, mediante a realização de pagamento de propina a vereadores, da qual, conforme os documentos acostados aos autos, o acusado era beneficiário.

Neste sentido (destaques acrescidos):

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA E CORRUPÇÃO PASSIVA. MEDIDA CAUTELAR DE AFASTAMENTO DE CARGO PÚBLICO. NEGATIVA DE AUTORIA E CAUSA DIRIMENTE. MATÉRIAS NÃO CONHECIDAS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. POSSIBILIDADE DE EXERCÍCIO DE OUTRAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS. INOVAÇÃO RECURSAL. CONHECIMENTO PARCIAL. IMPOSIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE AFASTAMENTO DE CARGO PÚBLICO. LEGALIDADE. DELITOS COMETIDOS NO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS. ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE. EVITAR REITERAÇÃO DELITIVA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO. [...]

2. A Lei 12.403/2011 estabeleceu a possibilidade de imposição de medidas alternativas à prisão cautelar, no intuito de permitir ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, mediante decisão fundamentada e dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, resguardar a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

3. Considerando que os delitos supostamente praticados estão diretamente relacionados aos cargos públicos ocupados pelos recorrentes, não se constata qualquer mácula na decisão que determinou a suspensão do exercício da função pública (art. 319, VI, do CPP).

4. Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nessa extensão,

Superior Tribunal de Justiça

desprovido.

(RHC 85.859/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 21/02/2018)

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente inadmissível, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, **não se conhece** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

